

Propostas da Fazenda e Seplan são divergentes

Os Ministérios do Planejamento e da Fazenda estão, uma vez mais, em rota de colisão, e a causa é a diferente prescrição que cada um apresenta para o ajuste da economia após o realinhamento dos preços: a Seplan insiste no retorno da economia de mercado, antecedido por um período de controle dos preços e de convivência com uma inflação administrável, enquanto a Fazenda insiste no choque de preços e salários mediante um reengelamento, desta feita, temporário.

Esse novo choque está sendo preparado nos laboratórios da assessoria do Ministro Dilson Funaro e deverá ser deflagrado, caso receba a aprovação do Presidente Sarney, em meados de abril, quando terá sido concluído o processo de realinhamento. O antídoto desse choque é a proposta entregue ao Presidente pelo Ministro do Planejamento, há duas semanas, e lida por Sarney durante o carnaval, sugerindo um programa de ajuste da economia pela via gradual.

DISPUTA

A disputa entre os dois principais Ministérios da área econômica foi caracterizada pelos dois fatos marcantes do setor nos últimos dias: a proposta de Sayad foi montada sem nenhuma consulta à equipe de Funaro, enquanto a Fazenda, com o Banco Central, elaborou toda a estratégia que resultou na moratória, também sem prévia audiência ao Ministério do Planejamento.

Oficialmente, a disputa teve uma explicação: enquanto a Seplan dedicou-se a sua tarefa de planejar e propor ao Presidente, na condição de sua assessoria, sugestões de como conduzir a estratégia de ajuste da economia, a Fazenda também cuidou de sua tarefa específica, que é a de conduzir o processo de renegociação da dívida externa.

Na prática, contudo, a realidade é outra e mostra que o diálogo acabou entre os dois Ministérios, sendo conservado apenas a nível de ministro, tendo sido virtualmente bloqueadas as ligações entre as duas assessorias, que hoje se dedicam a uma troca de chumbo grosso, acusando-se mutuamente pelos equívocos que resultaram no fracasso

da experiência do Plano Cruzado.

A proposta de ajuste econômico apresentada pelo Ministro do Planejamento, consistente com as diretrizes do Plano de Metas aprovado em julho do ano passado, contém quatro itens, dos quais apenas o primeiro é rejeitado pelo Ministério da Fazenda, precisamente por representar um reajuste gradual de preços e a convivência com a inflação e a correção monetária.

A redução do desequilíbrio financeiro do setor público, através da eliminação dos subsídios e da recomposição tarifária das empresas estatais; o controle do "déficit" dos Estados e Municípios e a contenção da corrida preços/salários mediante uma adequada política de rendas, são propostas que coincidem com as sugestões do Ministério da Fazenda, excetuando-se apenas a questão da reposição tarifária, sobre a qual os dois Ministérios igualmente divergem.

Nesse quadro, a decisão que o presidente Sarney vier a tomar em relação à forma como se dará a estratégia pós-realinhamento é que definirá quem vencerá essa nova disputa. Extraoficialmente, garante-se, no Palácio do Planalto, que o Presidente tem sido aconselhado a não mais concordar com um novo reengelamento, de eficácia duvidosa e capaz de provocar novos desgastes no seu Governo.

NÃO SAI

— A reforma ministerial prevista para acontecer este mês, sob o comando do presidente José Sarney, não atingirá o Ministério da Agricultura. Esta certeza foi transmitida ontem pelo ministro Iris Rezende aos jornalistas que cobrem o MA. Sorrido e muito seguro, Iris garantiu que permanecerá no cargo "até o último minuto do Governo Sarney".

Lembrou que assumiu o MA numa situação não muito boa, mas conseguiu reverter essa posição, ao ponto de o órgão ser desejado por outros políticos. "Quando propalam que posso sair do MA é porque estão de olho nele. Hoje, o MA já conquistou sua independência financeira e daqui a dois anos vai avançar muito e será ainda mais cobiçado", disse.